

## Considerações finais Patrimonializar ou não: será mesmo essa a questão?

O reconhecimento das arquiteturas RQP, como expressões incontestes da cultura paraense, põe em questão a necessidade de ampliar o debate acerca de sua patrimonialização, avançando para um diálogo com seus maiores protagonistas, os moradores das casas, que são a origem dessa manifestação. Considerando como principal característica das casas RQP os mosaicos, cuja conservação representa o maior desafio para que elas sejam preservadas, seguiremos no caminho da interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, no sentido de gerar novos olhares e capacitar os moradores para serem ativos na recuperação de suas moradias, entendidas enquanto repositórios de afeto.

Tendo como referência científica a ampla produção teórica realizada pelo LAMEMO, entre 2008 e 2023, com a temática RQP, bem como as atividades empreendidas, como a Oficina do Caqueado realizada em 2019 (Costa, 2023) e a execução do mural sensorial do PPGAU (Miranda, 2022), visamos a ampliar o entendimento das casas modernizadas em suas dimensões material e imaterial. Dialogando e trazendo elementos novos para a discussão sobre sua preservação, diante do intenso processo de ressignificação do fenômeno enquanto mera experiência imagética, buscamos refletir sobre as relações entre a imagem e a arquitetura, criada no sentido da modernização das cidades paraenses.

Embora, nos últimos anos, o tema Raio que o parta tenha sido notícia na imprensa e recriado em produtos de moda, percebe-se ainda que os moradores vêm procurando “esconder” os raios com pintura ou com a sua substituição por revestimentos contemporâneos. Já que o afeto é entendido como uma transição que se dá no espaço criado pela relação entre indivíduo e demais objetos, sensações e signos que compõem a sua experiência (Duarte; Miranda; Santana; Silva, 2022), as casas Raio que o parta são lugares em que seus moradores são afetados pela materialidade; tal materialidade conjuga o enquadramento das memórias e das vivências tidas por si e por outros membros da família – por vezes, durante várias gerações. Embora haja o desejo de atualizar a aparência dos imóveis, expressa por parte dos moradores, outros conseguem perceber o seu valor como marcador de uma época, e referência de vida, enfrentando, contudo, a dificuldade em manter os mosaicos pela falta de material disponível no mercado, ou por não serem familiarizados com a técnica.

Conclui-se que a ficção do RQP como imagem e patrimônio interfere, desse modo, na realidade material, mas não substitui a experiência arquitetônica, a qual deve ser estimulada. Portanto, o estímulo ao reconhecimento do valor presente nessas arquiteturas, bem como o apoio e a orientação quanto à execução da técnica do mosaico, mostra-se fundamental para que os moradores dessas casas se sintam capazes de manter os elementos formais do RQP, sem que se sintam impelidos a removê-los ou mascará-los em razão da falta de recursos ou de conhecimento para reparar as peças perdidas ou desgastadas. Na fala dos entrevistados que desejam reformar a casa, a remoção do mosaico de cacos de azulejo implica uma maneira de modernizar sua aparência, já que ele é indicador de um estilo considerado antiquado, bem como é apontada a dificuldade em repor as peças de azulejo que se desprendem da parede e se perdem.

O conceito de “casa antiga” pode ser favorável à preservação enquanto significar ligação à tradição, mas também é um item depreciativo do valor do imóvel, tanto pela condição de precariedade de conservação de muitas casas quanto pela dificuldade em comercializá-lo (vender ou alugar) por conta de sua aparência desatualizada.

O tema da patrimonialização, que implica na classificação do imóvel como bem de interesse à preservação, foi visto com muito receio pelos moradores. Essa condição implicaria em restrições para a execução de reformas, ou causaria prejuízos na negociação do imóvel. Em contrapartida, existe uma percepção de que não há vantagem nessa classificação, uma vez que não se disponibilizam recursos públicos

para serem utilizados na conservação das obras, o que pode acarretar um processo de abandono e degradação das casas.

Nas concepções contemporâneas, a preservação é uma atitude que parte do presente, sendo fundamental captar os valores atribuídos pela sociedade de hoje às arquiteturas do passado, sem que a sua classificação enquanto bem patrimonial lhes seja imposta, unilateralmente.

